

THE **ABS**
CAPACITY
DEVELOPMENT
INITIATIVE



L'INITIATIVE DE
RENFORCEMENT
DES CAPACITES
POUR L'**APA**

Relatório do Webinar: “Fundamentos do ABS: Instrumentos internacionais, responsabilidades e engajamento de interessados”
Quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021 às 14h CET

Contexto

Este relatório refere-se ao primeiro webinar técnico da ABS CD Initiative, em uma série de webinars sobre ABS, direcionados aos países lusófonos da África. A primeira parte do webinar cobriu uma visão geral da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), o Protocolo de Nagoya sobre ABS e o Quadro de Políticas da União Africana e Diretrizes para a Implementação Coordenada do Protocolo de Nagoya na África (Diretrizes da UA). A segunda parte do Webinar abordou uma compreensão geral das responsabilidades das partes nos instrumentos internacionais de ABS mencionados, a questão do envolvimento das partes interessadas, seguida por uma sessão de perguntas e respostas.

Primeira parte

Convenção sobre Diversidade Biológica

-A Convenção sobre Diversidade Biológica, seus antecedentes, objetivos e principais artigos relacionados ao tema ABS (artigo 15, 8j, entre outros) foram apresentados, bem como suas principais disposições sobre ABS, consentimento prévio informado, termos mutuamente acordados e outros termos e condições do ABS a serem internalizados em nível nacional.

-Foi apontado que os países fornecedores são livres para estabelecer como autorizar o uso do seu recurso genético - RG, o que pode ser por meio de um processo ativo em um

documento, um termo PIC. A Parte pode exigir que os usuários notifiquem o uso como meio de obtenção do PIC, ou mesmo que prevejam por lei uma espécie de dispensa, permitindo que o usuário se envolva diretamente nas negociações do MAT. Exemplos de países foram dados.

Protocolo de Nagoya sobre ABS

-O Protocolo de Nagoya, seus objetivos, mecanismos de implementação e principais instrumentos foram apresentados. Uma visão geral de seus três pilares estruturais (medidas de acesso, medidas de repartição de benefícios e medidas de conformidade) foi abordada. Foram elencadas as ferramentas e mecanismos do Protocolo para auxiliar as Partes contratantes, incluindo: Estabelecimento de Pontos Focais Nacionais e Autoridades Nacionais Competentes - ANC; atividades relacionadas ao Centro de Intercâmbio de Informações em acesso e partilha de benefícios (ABS Clearing House); Capacitação; Sensibilização; Transferência de tecnologia e o apoio financeiro direcionado por meio do mecanismo financeiro do Protocolo de Nagoya, o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF).

O Quadro de Políticas e Diretrizes da União Africana para a Implementação Coordenada do Protocolo de Nagoya na África

-Uma visão geral do documento, seu conteúdo, objetivos gerais e elementos principais foram apresentados assim como seu papel como um quadro de política para orientação e coordenação. Enquanto o segundo documento, das Diretrizes Práticas, foi abordado com ênfase nos modelos, opções e exemplos para apoiar o trabalho dos implementadores africanos do Protocolo de Nagoya.

Segunda parte

Visão geral das responsabilidades

- Nesta sessão foram apresentadas as responsabilidades das Partes dos mencionados instrumentos internacionais de ABS, com ênfase no papel das medidas nacionais de ABS e na obrigação de estabelecer pontos focais nacionais (da CDB e do ABS / Nagoya). Suas funções e responsabilidades, bem como as das Autoridades Nacionais Competentes, foram listadas. Da mesma forma, a apresentação abordou a importância de estabelecer pontos de verificação nacionais (checkpoints) e outras medidas destinadas a fortalecer o cumprimento e o monitoramento do uso e observância das leis nacionais em conformidade com as disposições do Protocolo de Nagoya.

-O papel e a importância do certificado internacionalmente reconhecido de conformidade-IRCC foram discutidos. Enfatizou-se que todos os países podem ser fornecedores e usuários ao mesmo tempo e por isso todas as Partes devem monitorar o uso de recursos genéticos utilizados internamente, mesmo quando seus nacionais também acessam ou usam RGs de outro país provedor. Nesse sentido, foi reiterada a importância de se estabelecerem legislações nacionais e pontos de verificação que requeiram as informações necessárias para o cumprimento das legislações de outros países.

Opções de visualização e implementação

- A necessidade de as Partes definirem sua abordagem estratégica geral para ABS para fornecer orientação adequada aos especialistas técnicos e jurídicos na elaboração de medidas de ABS foi destacada e a ideia de que não existe um modelo "tamanho único" para a implementação nacional foi apresentada juntamente com o questão das opções de implementação do ABS, que será discutida em profundidade no próximo webinar.
- O papel das ferramentas para visualizar a “visão” nacional de ABS para ajudar as partes interessadas a decidir qual opção de implementação adotar foi mencionado, com ênfase especial para visualizações / fluxogramas que são amplamente usados para descrever sistemas de ABS e que ajudam a canalizar a discussão teórica sobre um Sistema ABS em um entendimento comum.

Envolvimento das partes interessadas

- Foi apresentada a importância do envolvimento de atores que serão impactados / afetados pela legislação de ABS e seu potencial para incrementar as chances de as legislações de ABS serem condizentes à realidade, ao mesmo tempo em que atendem às expectativas dos diferentes stakeholders.
- Também foi mencionado que envolver as partes interessadas no processo de elaboração e implementação das estruturas legislativas de ABS aumenta o compromisso desses atores com o cumprimento bem-sucedido dos objetivos da CDB e do Protocolo. Nesse contexto, foram apresentados e discutidos os riscos do não engajamento adequado das partes interessadas.
- O envolvimento adequado das partes interessadas foi discutido considerações sobre a importância de determinar quem é necessário, quando, onde e de que forma foram abordados.

Perguntas e Respostas

- Durante esta sessão foram feitos comentários sobre o não cumprimento dos termos acordados (PIC e MAT) e dos requisitos constantes das medidas nacionais de ABS. A implementação de medidas nacionais e dos outros instrumentos previstos pelo Protocolo de Nagoya, especialmente os pontos de verificação nacionais (Checkpoints) e os certificados IRCCs, tanto nos países fornecedores quanto nos usuários, foram mencionados como forma efetiva para as Partes controlarem o uso e, assim, reduzir o descumprimento das Legislações Nacionais e dos termos - MATs.
- Outras questões aprofundaram o tema das autoridades nacionais competentes, pontos de verificação nacionais, bem como suas funções e opções para a implementação no nível nacional. As experiências nacionais foram discutidas, em particular a do Brasil, e foi mencionada a importância do GEF (Fundo para o Meio Ambiente Global) no financiamento da implementação nacional do Protocolo de Nagoya pelas Partes.
- Em relação aos pontos de verificação, foram apontados os papéis que algumas autoridades nacionais podem desempenhar para contribuir com o monitoramento do cumprimento das legislações nacionais de ABS. Foi destacado que, tanto nos países fornecedores quanto usuários, os pontos de verificação devem acompanhar o uso

doméstico dos recursos genéticos, o que deve incluir acompanhar o uso de recursos genéticos provenientes de outros países fornecedores.

-Outras questões incidiram sobre possíveis mecanismos de cooperação em situações em que os mesmos recursos genéticos são encontrados *in situ* no território de mais de uma Parte. Foram mencionados os artigos do Protocolo de Nagoya que abordam o tema dos recursos genéticos em situações transfronteiriças (Art. 10 e 11) e o incentivo do Protocolo à cooperação regional e / ou bilateral em tais assuntos.

- Ainda sobre o tema dos recursos genéticos encontrados em mais de uma Parte, alguns comentários destacaram a necessidade de os países estarem dispostos a analisar a origem dos recursos, bem como sua disponibilidade em cada país.

-Finalmente foram feitas observações sobre o tema dos recursos genéticos *in situ*, país de origem e espécies domesticadas ou cultivadas, destacando a definição das características distintivas da CDB e o papel do melhoramento de espécies e das mutações naturais nesta distinção.

-Mencionou-se a necessidade de disponibilização de materiais e formações em português para o tema do ABS. Foi então anunciado que alguns documentos estão sendo traduzidos para o português, especialmente o Guia da Iniciativa sobre Opções de Implementação do ABS. Por fim, outros materiais em português, que estão disponíveis nas páginas da Iniciativa e da CBD, foram apresentados.

- Por último, os participantes destacaram a necessidade de obter treinamento específico sobre o ABS Clearing House Mechanism (centro de intercâmbio de informações do Protocolo), em particular como fazer uso dele e como fornecer adequadamente as informações exigidas das Partes do Protocolo. Foi sugerido que o tema ABS Clearing House fosse abordado no 5º webinar.